

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

**ÉDINA AGLIARDI DUARTE**

**A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM TERRITÓRIO KAINGANG NO  
PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL**

**SÃO LEOPOLDO  
2016**

Édina Agliardi Duarte

**A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM TERRITÓRIO KAINGANG NO  
PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História do Rio Grande do Sul, pelo Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

**Orientador:** Prof. Dr. Professor Walmir da Silva Pereira

**Co-orientadora:** Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

SÃO LEOPOLDO

2016

## **A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM TERRITÓRIO KAINGANG NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL**

Édina Agliardi Duarte<sup>1</sup>

Resumo: Este trabalho analisa a formação de aldeamentos Kaingang na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, a fixação de luso-brasileiros em território indígena, o desencadeamento da propriedade fundiária e as questões de ordem econômicas e geográficas. Este processo migratório de colonos vindos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina desencadeou a formação latifundiária e consequentemente a perda do território do povo nativo da região.

Palavras-chave: Propriedade fundiária. Aldeamento. Assimilação. Kaingang. Índio. Território.

## **LA FORMACIÓN DE LA PROPIEDAD DE LA TIERRA EN TERRITORIO KAINGANG EN EL MESETA MEDIO EN EL RIO GRANDE DO SUL**

Resumen: Este trabajo analiza la formación de aldeamentos Kaingang del Meseta Medio en el Rio Grande do Sul, la fijación de los luso-brasileños en territorio indígena, en el desencadenamiento de la propiedad de la tierra e las cuestiones del orden económicas e geográficas. Este proceso migratório de los colonos vienen de San Pablo, Paraná, Santa Catarina desencadenó la formación latifundista e por consiguiente la pérdida del territorio del pueblo nativo de la región.

Palabras clave: Propiedad de la tierra. Aldeamento. Asimilación. Kaingang. Indio. Territorio.

---

<sup>1</sup> Graduada em História Licenciatura Plena (FAPA).

edina\_s.a@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A questão indígena no Brasil, de modo geral, é ainda pouco estudada na contemporaneidade, ainda mais no que se refere à concepção histórica do espaço de atuação da população nativa. Atualmente, as pesquisas estão se concentrando mais sobre o prisma da percepção antropológica.

Para esta pesquisa será necessária, primordialmente, a apropriação do conceito de propriedade fundiária. A teoria da renda fundiária capitalista foi desenvolvida por Marx no terceiro livro de o Capital. O ponto de partida de Marx, que distingue sua teoria de quase todas as outras, é que a renda é a forma econômica das relações de classe com a terra. Quando o capital é investido em novas terras, uma renda absoluta deve ser paga sempre que existir a propriedade fundiária que não permite o livre uso da terra. (BOTTOMORE, 1988, p. 305)

Já se pensar sobre a própria utilização do termo índio, será imprescindível o uso deste conceito enquanto construção do conhecimento histórico. O uso da palavra índio, datada dos primeiros contatos entre europeus e americanos, teve como nascimento deste termo a aplicação às populações americanas. Originou-se um erro do navegador Cristóvão Colombo, quando este estava projetando chegar à Índia navegando pelo Atlântico em direção à oeste, ao desembarcar na América. Passaram assim a serem chamados índios todos os habitantes os habitantes nativos. (SILVA, 2010, p. 221)

No que se refere ao conceito de assimilação, ele corresponde a um processo social, no qual grupos de indivíduos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradições, sentimentos e atitudes de outra parte. É um ajustamento interno do próprio indivíduo ou grupo e constitui um indício da integração sócio-cultural, ocorrendo geralmente nas populações que reúnem grupos diferentes.

Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e conseqüentemente à perda da identidade étnica. Assim, as relações de contato com sociedades envolventes e os vários processos de mudança cultural vivenciado pelos índios de tal forma que não lhe restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva a um processo de mudanças culturais que os levaria a serem assimilados e confundidos com a massa da população. (ALMEIDA, 2010, p.14).

A partir destas interpretações as relações de contato eram pensadas através de um dualismo simplista que estabelecia “rígidas oposições entre índio aculturado e índio puro; aculturação e resistência cultural”, esta última é percebida como uma negativa dos novos valores culturais.

A metodologia aplicada neste projeto de pesquisa foi, primeiramente, o mapeamento dos livros sobre a história dos Kaingang e posteriormente sobre a ocupação de seus territórios por fazendeiros no Planalto Médio, em especial a região da grande Passo Fundo.

José Carlos Mariátegui (2000), fundador de um marxismo autenticamente latino-americano, ao analisar a questão indígena no Peru, declara que a situação da terra indígena é uma problemática estritamente econômica.

[...] La crítica socialista lo descubre y esclarece, porque busca sus causas en la economía del país y no en su mecanismo administrativo, jurídico o eclesiástico, ni en su dualidad o pluralidad de razas, ni en sus condiciones culturales y morales. La cuestión indígena arranca de nuestra economía. Tiene sus raíces en El régimen de propiedad de la tierra. [...] (MARIÁTEGUI, 2000, p. 02).

Não há como analisar a raiz de um problema estrutural de disputa de territorialidade sem levar a causa primordial do conflito, ou seja, do caráter estritamente econômico.

Em sua obra principal, “7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana” (2010), o peruano Mariátegui, buscou um enfoque que desse conta de uma totalidade social, criticando as outras vertentes que analisavam a questão indígena apenas por um critério exclusivo. É através da economia que a crítica socialista descobre e esclarece o problema indígena porque busca as causas não na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, tampouco, na sua dualidade ou pluralidade de raças, ou nas suas condições morais ou culturais.

Já para fazer uma análise mais atualizada acerca sobre a visão dos índios pela historiografia, Maria Regina Celestino de Almeida, faz um levantamento sobre como os índios foram vistos tradicionalmente pela história, desde o livro a História do Brasil de Varnhagen escrito em 1854 até o início do século XX. Os índios foram tratados pela historiografia como algo secundário e de acordo com os interesses e

objetivos dos colonizadores. Além disso, de modo geral, apareciam na historiografia apenas quando se sublevavam.

Desta forma, os Tamoios, os Aimorés, os Goitacazes e outros eram considerados como guerreiros que resistiram contra a invasão de suas terras. Estes, no entanto, na concepção desta historiografia, foram considerados derrotados e a consequência foi passarem a fazer parte da ordem colonial, como vítimas na condição de escravos ou submetidos a este processo. Assim, dentro desta perspectiva deixavam de ser índios e desapareceram da história. (ALMEIDA, 2010, p.13).

Ao ingressar na aldeia, os grupos étnicos se misturavam e passavam a viver um processo de territorialização, ou seja, passavam a habitar um território fixo dado e até mesmo imposto.

As terras das aldeias eram, como visto, um bem de significativo valor para os índios. Apresentavam-se nos acordos de paz e de descimento como fator de fundamental para assegurar sua sobrevivência na colônia. No entanto, uma vez aldeados, os índios aprenderiam rapidamente a extrair de seus territórios outras formas de rendimentos. Além da agricultura. Afinal, vivendo muito próximos dentro de centros urbanos, muitos se inseriam em suas atividades mercantis e produtivas. Arrendamentos, vendas e exploração de recursos naturais, inclusive ilegais, foram algumas das formas de negociação da terra incorporadas pelos índios. [...] (ALMEIDA, 2010, p. 99).

O Objetivo deste trabalho é perceber como se formou a propriedade privada na região do Planalto Médio do RS e a consequente perda do território do povo Kaingang e seu processo de aldeamento. Serão abordados após a introdução os antecedentes do processo de ocupação de território na região da Grande Passo Fundo (Planalto Médio do Rio Grande do Sul), os aspectos geográficos da região do planalto e as características do processo histórico das relações sociais do indígena Kaingang. E na outra seção, a formação da propriedade privada através da Lei de Terras de 1850, a formação do aldeamento de Nonoai como fator estratégico provincial e fator de desagregação de grupos Kaingang e por último a organização política e econômica do poder local e provincial.

## 2 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIO NA REGIÃO DA GRANDE PASSO FUNDO (PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL)

A ocupação das terras na região da grande Passo Fundo configura-se por escalas de tempo. Ela não foi seqüencial – com início, meio e fim. Mas, pode ser definida como um processo uniforme segundo o princípio da legitimidade do processo de ocupação; legítimo porque não se pode considerar apenas a data oficial da fundação de Passo Fundo, sem nos questionar quem já ocupava estas terras bem antes da “civilização” branca instalar-se na área.

O povo originário do Planalto Médio do Rio Grande do Sul - os Kaingang<sup>2</sup> estavam distribuídos também pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e formavam uma das sociedades mais numerosas desta região sulina. Assim,

Tudo indica que o território tradicional dos kaingangs era toda a área de campo compreendida entre os rios Uruguai e Iguaçu. Na medida em que os interesses coloniais facilitaram, no século XVII, o aniquilamento das populações guarani aldeados pelos jesuítas espanhóis; os kaingangs puderam se expandir para o norte e sul daqueles rios. Conseguiram, assim, temporariamente, o domínio dos campos do planalto, em toda a região sul. (SANTOS, Apud NONNENMACHER, 2000, p. 25).

No início do século XIX, intensificou-se a ação dos tropeiros que começaram a se fixar na região para aprear o gado vacum e muar que se criara nos campos da região, levando-o para as prósperas regiões mineradoras. Com isso teve início da ocupação do território pelo indivíduo branco. (DIEL, 1998, p. 57).<sup>3</sup>

No período correspondente entre o final da Revolução Farroupilha e o ano de 1857 - data da emancipação política<sup>4</sup>, Passo Fundo registrou um considerável

---

<sup>2</sup> O significado da palavra Kaingang é habitante do mato. Kaa: mato + ingang: morador. (AVILA, 1996, p. 28).

<sup>3</sup> Devido às condições geográficas (difícil acesso, condições das estruturas de transporte e das estradas). O tropeiro e outros indivíduos luso-brasileiros – de São Paulo, Paraná e Santa Catarina que tinham interesse no comércio de gados, muares e nos ervais desta região começam a se fixar na região norte do estado.

<sup>4</sup> O município de Passo Fundo foi instituído pela Assembléia Provincial através do ato nº 340, de 28 de janeiro de 1857. Do momento da emancipação até agosto do mesmo ano, correspondeu ao período de preparação para a instalação da Câmara Municipal, o que se concretizou com a posse dos vereadores eleitos, entre eles os quais Manoel José d' Araújo, ocupando a cadeira de presidente da Câmara (o presidente da Câmara de Vereadores respondia também como chefe do Executivo, como um prefeito municipal) (DIEL, 1998, p. 67).

aumento populacional, estabelecendo-se nesta região paulistas, paranaenses e catarinenses, trazendo agregados e escravos.

Aldomar Ruckert, ao pesquisar a região, diz que no início do século XIX, além dos nativos, existia a presença cada vez mais progressiva de milicianos paulistas, de caboclos<sup>5</sup> e de mão de obra escrava. E, a ocupação destes milicianos paulistas pode ser definida por ocupação por posses – pelas vastas extensões de campos na região de Cruz Alta, o que corresponde às terras de Passo Fundo.

Os caboclos, segundo este mesmo autor, estavam presentes nas matas, desde o final dos séculos XVII e XVIII, exercendo atividades extrativistas nômades em busca de novos ervais. Devido a extensa ocupação destes campos pelos milicianos, os caboclos foram sendo excluídos destas terras. Nas fazendas de pecuária e nas charqueadas, foi utilizado mão-de-obra escrava, trazida pelos fazendeiros de São Paulo. “Os caboclos também são progressivamente alocados nas fazendas de pecuária como agregados”. (RUCKERT, 1997, p. 28).

Há que salientar, no entanto, que, mesmo antes da fixação do branco onde hoje é Passo Fundo, devia haver um número razoável desses caboclos que viviam na região ocupando-se da coleta de erva-mate e do arrebanhamento de gado. Dois indícios podem ser apontadas para justificar essa hipótese: o primeiro é que, ainda na segunda metade do século XVIII, bandeirantes e tropeiros passavam por esta região para fazer coleta de erva-mate, que, nesse período, servia como uma espécie de moeda que eles arrecadavam aqui e levavam até a região das Missões e /ou fronteira, onde era trocada por rebanhos que conduziam até Sorocaba e, dali, eram distribuídos para a região central do país. Essa atividade era desenvolvida pela mão-de-obra desses caboclos, que estabeleceram espécies de acampamentos ou moradias rudimentares. (DIEL, 1998, p. 60).

Com as feiras de Sorocaba, configuram-se as relações mercantis entre grandes fazendas de pecuária através do emprego do comércio de gado vacum, de mulas e do charque. A agricultura, neste momento, foi praticada por esse caboclo agregado como forma de sobreviver, entregando os produtos cultivados ao proprietário fundiário.

O crescimento populacional no momento em que os primeiros brancos se estabeleceram onde hoje é Passo Fundo, teve a contribuição desses caboclos que

---

<sup>5</sup> Caboclo no dicionário histórico de Ângela Botelho está conceituado como “nome que designa o mestiço de branco e índio; o mesmo que mameluco”. (BOTELHO, 2002, p.28). Já Moacir Flores afirma ser caboclo o mestiço de índio com branco, sendo um termo pejorativo que designa um indivíduo de classe inferior. (FLORES, 1996, p. 95)

viviam na região e se estabeleceram nas proximidades do povoado que estava se formando.

É neste panorama, que as relações sociais envolvem o trabalhador escravizado, e o caboclo em contrapartida ao senhor proprietário fundiário no contexto da crise do capitalismo mercantil no Império, que se configura o território em sua face agrária. (RUCKERT, 1997, p. 29). Mas, é a partir da Lei de 1850 que se inicia a expropriação destes caboclos:

Com a lei de terras de 1850, os caboclos foram sendo expropriados. Através desta lei, a terra passou a pertencer a quem reclamasse a sua posse e a legalizasse através da aquisição do título. A partir desse momento, os caboclos, por falta de informação ou pela influência que os grandes proprietários exerciam sobre os órgãos oficiais que legalizavam a posse, não conseguiram adquirir o título das terras que ocupavam e passaram a ser considerados intrusos e invasores das propriedades dos latifundiários. (DIEL, 1998, p.60).

O acesso à propriedade privada na região de Passo Fundo aconteceu no contexto da crise do capitalismo mercantil no Império (no período de 1827-1897). Milicianos imperiais obtiveram campos de pecuária no Norte da província pelo acesso a posses e concessões de grandes propriedades.

Nos rincões de Passo Fundo, este primeiro grande período inicia-se em 1827, com as primeiras concessões e posses livres, e consolida-se a partir de 1854, com a Lei de Terras de 1850. Por meio de pedidos de legitimação de posses ao governo provincial, os estancieiros consolidam a grande propriedade privada de vastas extensões de campo. (RUCKERT, 1997, p. 29).

Com base nestes dados podem-se fazer algumas constatações no que se refere ao período inicial da formação da propriedade fundiária e do período em análise posterior a 1850. Ou seja, entre 1808 e 1850, o Império está passando pela crise do capitalismo mercantil. Além disso, foi nos anos de 1850 que foi lançada a chamada Lei de Terras (processo de passagem de aquisição de terras através das sesmarias para o apossamento) e a proibição do tráfico negreiro – Lei Eusébio de Queirós.

Foi com a inserção do processo produtivo, elencado com o desenvolvimento do processo capitalista, que se deu a alavanca para a destruição do território indígena, ou seja, foi através da formação fundiária no norte do estado que se deu a retirada do Kaingang de suas terras por meio de políticas de aldeamento.

Em 1835, o território do Rio Grande do Sul estava subdividido em 14 municípios. E Cruz Alta era um dos novos municípios, ficando em uma área visada para a organização de futuras colônias<sup>6</sup>.

Passo Fundo, lugar de muitas riquezas naturais, com ótimos campos para a criação de gado e vastos ervais para o fabrico de erva-mate, recebeu em 1827 seu primeiro morador de origem portuguesa. Em 1843 existiam no lugar apenas nove casas e sua população na passava de sessenta habitantes. (NONNENMACHER, 2000, p. 24).

Primeiramente, quando foi retirado os povos nativos das matas para liberar para a colonização, foram utilizadas técnicas, tais como; dar o necessário para a sobrevivência do indígena, como comida, roupas e outros objetos. No entanto, no momento em que as reivindicações dos Kaingang não foram atendidas, eles saíram dos aldeamentos e acabavam indo até os roçados de colonos para buscar alimentos.

A apropriação econômica da região em estudo se deu através dos tropeiros<sup>7</sup> que arrebanhavam o gado, mulas e bestas até São Paulo, produzindo-se, assim, a articulação inicial do território sulino e o posterior processo de ocupação destes sobre as terras devolutas.

Ressalte que não somente os tropeiros que abrem o caminho no território meridional. O próprio Estado português, que visa a ampliar seus domínios no Sul, na confluência das terras portuguesas e espanholas, também o faz deliberadamente. Nesse sentido, diz Pinto: "Uma outra estrada importante, que deve ter sido aberta [...] proximamente no ano de 1740, é a estrada de São Paulo ao Rio Grande do Sul [...] tornou-se ela uma das principais vias comerciais do Brasil e assim se tem conservado até hoje. (RUCKERT, 1997, p. 47).

Com a importância do foco comercial crescente nestes processos de aberturas de novas estradas pelos tropeiros e pelo Rio Grande do Sul, foi se

---

<sup>6</sup> O território de Passo Fundo, no decorrer de seu desenvolvimento político, se desmembrou de outros municípios até chegar a sua municipalidade. Assim, fez parte do município de Rio Pardo no ano de 1809, passando a ser incorporado no ano 1817 ao município de São Luiz Gonzaga, circunscrição de Santo Ângelo. Em 1833, torna-se o 4º quarteirão de São Borja, para no ano seguinte, pertencer ao recém-criado município de Cruz Alta como 4º distrito e, em 1846, ser anexado à povoação de Nossa Senhora de Soledade, vindo a constituir a freguesia de Cruz Alta no mesmo ano. (MORO, 1998, p. 44)

<sup>7</sup> O tropeirismo é um fenômeno mundial, que aparece na época em que o principal meio para vencer as distâncias era a tração animal. A atividade tropeira pertence à época das trilhas em lugar das estradas, quando os rios eram vadeados nos passos e a produção dos agricultores precisava ser transportada a distantes centros consumidores. (FLORES, 1998, p. 05).

consolidando a incorporação do território sulino à Colônia, sendo desvinculado em 1760 o Governo do Estado de São Pedro do Governo de Santa Catarina.

O processo de ocupação da região norte pelo homem branco foi se desenvolvendo lentamente. A partir de 1820, a sociedade senhorial escravocrata e latifundiária<sup>8</sup> começou a se formar em Passo Fundo. Assim, “Essa formação ocorre com base na petição ao comandante da fronteira de São Borja ou aos comandantes dos povos (missões), bem como no apossamento individual de grandes extensões de terras de campo pela figura social do proprietário fundiário emergente”. (RUCKERT, 1997, p.57).

Estes apossamentos emergiam de um processo de transição tradicional de terra para uma concepção moderna. Ou seja, em 1822 foi extinta a Lei de Sesmarias. Além disso, foi a partir deste ano que se configurou o início de um Brasil independente, controlado por grandes proprietários de trabalhadores escravizados, e pelo regime de apossamento de terras, sendo caracterizado pela posse livre, através da apropriação desta elite sobre as terras devolutas que poderiam ser exploradas. “No Brasil, o regime de concessão de sesmarias tinha como objetivo assegurar e regularizar a colonização, e sua duração se estendeu por um período de trezentos anos” (ORTIZ, 2011, p. 42). E em Passo Fundo elas já eram quase inexistentes. Foi neste contexto, da segunda década do século XIX, que se configurou a formação da classe de proprietários fundiários nesta região.

Em 1827 ou 1828, o capitão das milícias, Manoel José das Neves, obtém quatro léguas quadradas de campo, local que corresponde hoje à localização da cidade de Passo Fundo e arredores. “Trouxe para aí sua família, escravos, gado, e fundou uma modesta fazenda pastoril e agrícola”. (SILVEIRA, Apud RUCKERT, 1997, p. 60).

A região norte do estado teve uma dicotomia diferente diante da do sul. A região sul do Rio Grande do Sul foi ocupada anteriormente devido ter predomínio de campos nativos, fator que favoreceu a criação em longa escala do gado e da produção do charque. Assim, no sul se concentrou o centro do domínio do poder político e econômico do Rio Grande do Sul, enquanto que o norte se desenvolveu

---

<sup>8</sup> Para conceituar latifúndio podem-se utilizar índices de exploração ou extensão de terras. “Latifúndio é a grande extensão de terras nas mãos de uma ou poucas pessoas, ou seja, a grande propriedade rural. Consequentemente, latifundiário é o grande proprietário de terras. (ORTIZ, 2011, p.168).

tardamente devido a questões geográficas e por ser uma região de predomínio de indígenas considerados hostis pelo colonizador.

## **2.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DO PLANALTO MÉDIO**

A história do Estado do Rio Grande do Sul pode ser analisada, também, por uma questão geográfica do seu processo de ocupação do território. No sul do estado predominam os campos nativos, e, ao contrário, no Norte predominam as matas. Ambas regiões apresentam campos e matas, no entanto, uma prevalece sobre a outra, o que explica o processo de ocupação anterior a outra.

Os indígenas foram os primeiros desbravadores do estado, e de acordo com a cultura, vai se dá o processo de escolha por determinada região. No que se refere ao habitat dos Kaingang “o ambiente preferido pelo grupo era o planalto Rio-grandense, zona de araucária, cujo fruto constituía a base de sua subsistência, e no Rio Grande do Sul abrange a zona compreendida entre o Alto Uruguai e a encosta do Planalto”. (BECKER, 1976, p.110). Assim, escolheram a região do Planalto por haver o predomínio de seu principal alimento, o pinhão.

As reduções dos indígenas Kaingang no Alto Uruguai iniciaram, aproximadamente, em 1850 com a abertura do Passo de Goio-Em, que fica na divisa com o estado de Santa Catarina.

A presença do extrativismo vegetal, da pecuária, do comércio e do tropeirismo, atividades desenvolvidas no passado, leva a concluir-se que Passo Fundo teve suas origens ligadas ao transporte. A sua localização estratégica permitiu que se transformasse em parada obrigatória de tropeiros que rumavam à feira de Sorocaba, via Passo da Vitória, o caminho que ligou o sul ao centro comercial do sudeste. O exercício financeiro de 1844/45, acusa a passagem de 36.462 cabeças pelo passo do rio Pelotas. Em 1850, passou-se a utilizar o Passo do Goio-Em, junto a foz do rio Passo Fundo no rio Uruguai (MATTOS, 1995, p. 02).

A parte norte do estado, além de ser considerada como a região de araucárias, e ter o Kaingang como o pioneiro desta região, recebeu posteriormente a ocupação luso-brasileira e de militares. Além das araucárias, esta região possuía ervais nativos que posteriormente tornaram-se públicos, sendo explorados pela população de modo geral. “Para muitas famílias, sobretudo de caboclos, essa era uma atividade extremamente necessária, além de complementar à agricultura de

subsistência, pois se constituía na única possibilidade de participar do mercado monetário”. (ORTIZ, 2011, p. 99).

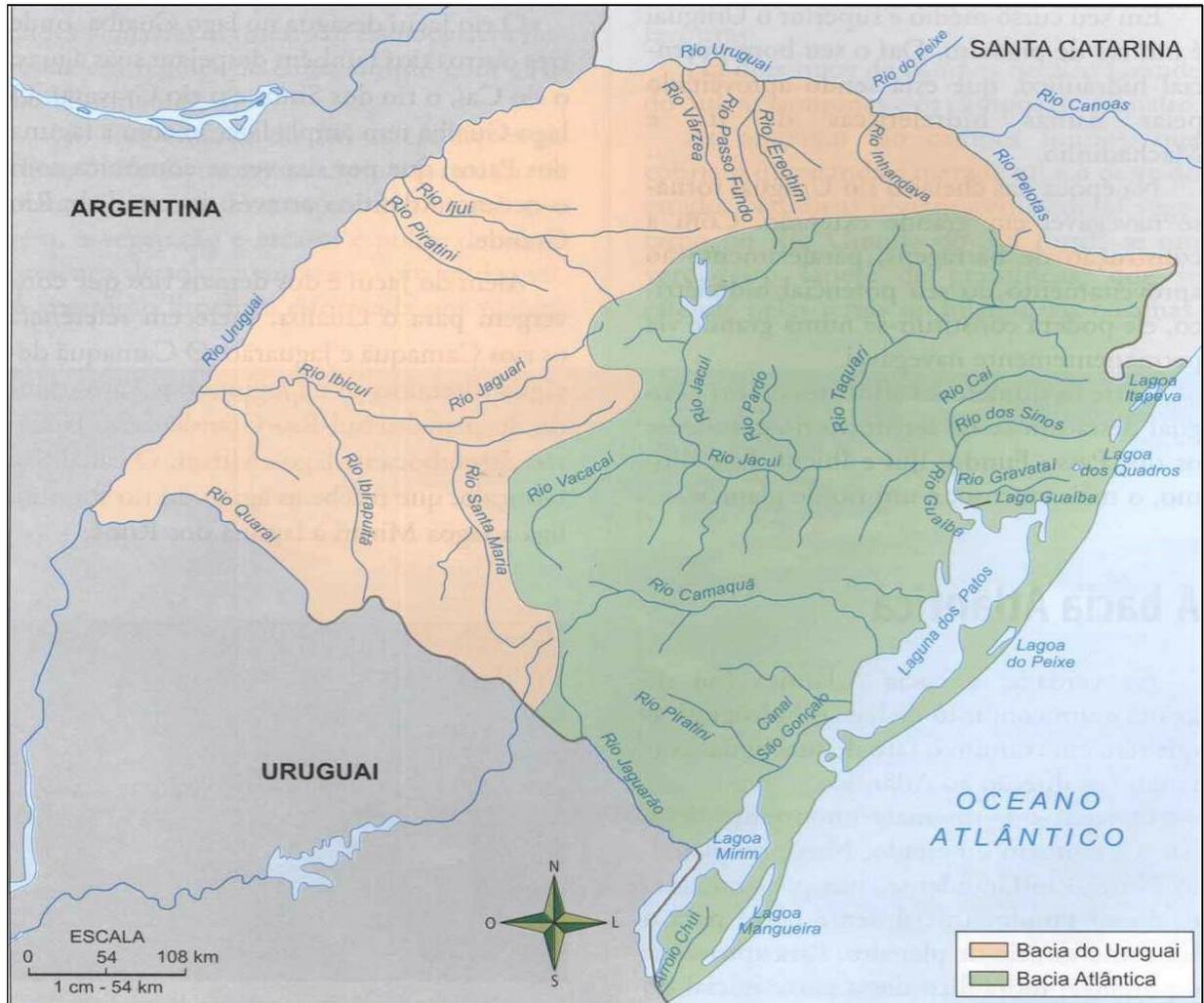
É através do comércio de gado xucro para as zonas de mineração, que se abriram os primeiros caminhos no planalto e nas serras e, ainda no século XVIII, iniciou-se a fase do tropeiro de gado, marcada pela abertura de caminhos e estradas pelos próprios tropeiros e pelo Estado português, incorporando o território meridional ao centro da Colônia na esfera mercantil, e pela ocupação progressiva das terras pelos tropeiros, que acabavam por fixar-se definitivamente. As terras de Passo Fundo, situadas na parte central do Planalto, tornaram-se passagem obrigatória da travessia das Missões às feiras de São Paulo, principalmente para Sorocaba. (SILVA, 2004, p. 77).

Para se referir a um determinado ponto, houve nomenclaturas utilizadas para se localizar na região Norte pelos portugueses a região, através dos nomes Mato Português e Campo do Meio, que até o Tratado de Santo Ildefonso por ali passava a linha divisória entre Portugal e Espanha. Segundo Avila, o Campo do Meio “compreendia além do atual distrito, Cruzaltinha, Santa Cecília, Água Santa, Tapejara, e nordeste do município de Marau”. E o Mato Português situava-se “na região onde, em 1876, formou-se o município de Lagoa Vermelha; correspondia ao que os índios nomeavam Caamone = morada no mato”. (AVILA, 1996, p. 34 e 35).

O viajante francês Nicolau Dreys (1990, p. 43) ao residir no Rio Grande do Sul publica uma obra em 1839 relatando as suas experiências e vivências no estado mais meridional do Brasil. Dreys descreve as características geográficas sulinas com riquezas de detalhes, ao se referir ao Mato Português e Mato Castelhana, descreve que “a 16 léguas (105, 6 Km), mais ou menos, do registro de Santa Vitória, extremo setentrional da província, principia uma floresta bastante densa, dividida em duas porções quase contíguas, denominadas: Mato Português e Mato Castelhana”.

No Planalto Médio e no Alto Uruguai são caracterizados por ter rios facilmente trafegáveis, com matas de araucárias e de erva mate, alternadas por campos de pastagens naturais, que fizeram de Passo Fundo um divisor de águas das “bacias do Uruguai e o Jacuí, uma terra de passagem, uma linha divisória e um lugar de ciclos de prosperidades fugazes: erva-mate, tropas de mulas, madeiras, trigo, soja”. (AVILA, 1996, p. 27).

**Ilustração 1:** Mapa hidrográfico do Rio Grande do Sul.



**Fonte:** (MOREIRA, 2007, p. 19).

### 2.3 CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DO ÍNDIGENA KAINGANG

No século XVII, com o interesse de aprisionar os índios fez com que muitos bandeirantes de São Paulo descessem para o sul, o que ocasionou o extermínio de diversas aldeias guaranis. Assim,

As reduções do Guairá foram esvaziadas em 1631, tendo cerca de 12.000 mil Guarani se retirado pelos rios Paranapanema e Paraná para o sul do rio Uruguai. Milhares foram aprisionados e escravizados pela economia do sudeste. Muitos outros emigram para o poente através do rio Paraná para

terras Paraguaianas e mato-grossenses, tendo estes, mais tarde, voltado a migrar em direção ao mar. (FRANCISCO, 2006, p. 64).

É no contexto destas fugas que as populações do grupo Jê que haviam resistido à redução, começaram a expandir seus domínios pela região norte do Rio Grande do Sul. Segundo Darcy Ribeiro, os índios conhecidos como Coroados, não despertaram o interesse dos bandeirantes por serem considerados “aguerridos e pouco numerosos em relação aos grandes estoques humanos mais dóceis” e, também, devido à falta de conhecimento da língua e da agricultura primitiva. (RIBEIRO, 1985, p. 84).

Há diversas teorias sobre a origem dos Kaingang no Rio Grande do Sul, não havendo um consenso. Mas, a grande maioria dos pesquisadores acreditam serem originários dos Guayanás<sup>9</sup>. Uma teoria apontada por Carini, seguindo uma crônica de Simão de Vasconcelos, é que eles foram encontrados em meados do século XVII no Alto Uruguai pelos missionários espanhóis Ruis de Montoya e Dias Tanho. (CARINI, 2005, p.116).

Outra teoria sobre a origem dos Jê e também dos Guarani, é que estes grupos teriam migrado do sul da Amazônia para o sul do continente, devido ao grande aumento populacional. (BROCHADO, 1990, Apud. FRANCISCO, 2006, p. 48). Pesquisas arqueológicas atuais indicam que estas populações já residiam no planalto meridional brasileiro há cerca de 2000 mil anos.

Pesquisas arqueológicas recentes indicam que há cerca de 2.000 mil anos atrás, o planalto meridional brasileiro, desde os planaltos do Paraná até as Bordas da Serra Geral, no planalto sulino, foi povoado por populações horticultoras que a lingüística e etnologia relacionam a grupos relacionados ao tronco lingüístico Macro-Jê, a família Jê meridionais. (FRANCISCO, 2006, p. 47).

No que se refere ao habitat preferido pelo grupo Kaingang, “era o planalto rio-grandense, zona de araucária, cujo fruto constituía a base de sua subsistência, e no Rio Grande do Sul abrange a zona compreendida entre o Alto Uruguai e a encosta do Planalto”. (BECKER, 1976, p.110).

---

<sup>9</sup> Os Guaianá (Jê meridional) eram os possíveis ancestrais dos Kaingang. A denominação de Guaianá se estendia a várias tribos de índios que tinham relação entre si e cujo gênio, costume e língua se diferiam do Guarani. Bastante numerosos, viviam nas bandas do Rio Paraná até perto do Rio Uruguai, se estendendo pelos rios Iguaçú, Santo Antonio e outros. (BECKER, 1995, p. 13).

No estado do Rio Grande do Sul a divisão social Kaingang constituída em pequenos subgrupos de famílias entrelaçadas e de parentesco próximo, tendo cada um destes agrupamentos um chefe, reunidas todas juntas tinham uma autoridade superior, ou seja, o cacique principal. Seus elementos de identificação grupal, entre outras características, são a língua comum, costumes, o corte do cabelo e o habitat.

Os Kaingang foram relacionados, pela etnologia e lingüística, por serem pertencentes ao tronco lingüístico Macro-jê. E, estas populações Jê são conhecidas por diversas denominações, dependendo, do período histórico. Assim, foram chamados de Gualachos, Guaianá, Caágua, Ibiraiaras, Cabelludo, Botocudos, Bugres, Coroados, Camés, Pinarés e por último de Kaingang e Xokleng<sup>10</sup>. (FRANCISCO, 2006, p. 47).

---

<sup>10</sup> Os Shokleng pertencem à mesma família lingüística do Kaingang. Eram nômades e seminômades que habitavam, desde o Rio Timbó até as florestas da Serra do Mar, e do Rio Negro até o Rio Uruguai, em Santa Catarina. Eram conhecidos por Shokleng ou como Botocudos (por causa dos botoques de madeira), mas assim como os Kaingang, também eram chamados de Bugres. (BECKER, 1995, p.39).

**Ilustração 1:** Mapa de áreas indígenas no Sul do Brasil



**Fonte:** (CARELI, In. LAROQUE, 2011, p.19)

Este mapa mostra as etnias predominantes na região sul e sudeste do Brasil. Observa-se no mapa que o território Kaingang abrangia desde a região norte do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina, Paraná até São Paulo.

O território do Rio Grande do Sul, segundo Fábio Kuhn (2011), já vinha sendo ocupado há mais de 8 mil anos, tendo na época três grupos principais, os Guaranis, os Jê (os Kaingang seriam ligados a este tronco lingüístico) e os Pampeanos (tendo com subgrupos os Minuanos e Charruas). Os Guaranis eram os mais numerosos e predominavam no Noroeste e no centro da bacia do Jacuí; os Jê ocupavam a região do planalto de leste a Oeste, abrangendo o território entre o rio Piratini e as cabeceiras do rio Pelotas; e os Pampeanos habitavam o sul e sudoeste do atual estado do Rio Grande do Sul. (KUHN, 2011, p. 10-15-20).

A forma do índio Kaingang se organizar economicamente foi através da colheita de vegetais, principalmente o do fruto da araucária, sendo complementada com a caça, pesca e horticultura. Deste processo, ocorreu o intenso aproveitamento dos recursos naturais, a precariedade dos meios de produção, dos sistemas de troca de consumo, assim como, o próprio conceito de propriedade. Tudo aquilo que é de seu habitat (água, terra, vegetais e etc.) é explorado intensamente, dentro das necessidades de sua cultura primária. (BECKER, 1976, p. 175).

No século XVIII havia o emprego da madeira em suas casas. Estas eram feitas de estacas e forradas com folhas de palmeira. “Para derrubarem as árvores, usavam machados de pedra em cunha, por eles elaborados. O emprego da madeira na construção de suas casas continua, com pequenas modificações até o presente, bem como o uso do machado”. A característica sazonal pode explicar o nomadismo atribuído ao grupo, ou seja, de um nomadismo ligado ao núcleo, que “Temporariamente abandonavam seus povoados para ir à colheita de mel e frutos silvestres”. (BECKER, 1976, p. 175 e 177).

O pinhão é o alimento básico do Kaingang, utilizado pelos seus ancestrais Guaianá. Já a caça, considerada como alimento secundário, era de mamíferos de pequeno porte, de fácil apreensão, “animais de porte regular como a anta ou tapir (*Tapirus americanus* Briss), o veado, o pecaril ou porco do mato, etc, e os mais variados tipos de aves.” (BECKER, 1976, p. 179).

A base econômica do Kaingang é a colheita de vegetais, principalmente o do fruto da araucária, sendo complementada com a caça, pesca e horticultura. Deste processo, ocorre o intenso aproveitamento dos recursos naturais, a precariedade dos meios de produção, dos sistemas de troca de consumo, assim como, o próprio conceito de propriedade. Tudo aquilo que é de seu habitat (água, terra, vegetais, etc) é explorado intensamente, dentro das necessidades de sua cultura primária. (BECKER, 1976, p. 175).

No século XVIII, o Kaingang adaptou as suas casas (com a utilização da madeira) feitas de estacas e forradas com folhas de palmeira. “Para derrubarem as árvores, usavam machados de pedra em cunha, por eles elaborados. O emprego da madeira na construção de suas casas continua, com pequenas modificações até o presente, bem como o uso do machado”. (BECKER, 1976, p. 175).

A característica sazonal pode explicar o nomadismo atribuído ao grupo, ou seja, de um nomadismo ligado ao núcleo, que “Temporariamente abandonavam

seus povoados para ir à colheita de mel e frutos silvestres”. (BECKER, 1976, p. 177).

Os antigos Guaianá agricultavam, especialmente, milho e mandioca, assim como os Caaró e afins entre os quais, porém parece que algumas parcialidades não semeavam nada. Do cacique e feiticeiro Niezu dizem alguns documentos jesuíticos que tinha tantas chácaras como mulheres, e suas mulheres chegavam a vinte. (BECKER, 1976, p.182).

Quando entraram em contato com os não-indígenas, os Kaingang já se dedicavam à lavoura, cultivando o milho e outros vegetais úteis. Habitando de preferência zonas abertas, revestidas de campo, tinham naturalmente maior facilidade no cultivo da terra do que os Xokleng, que viviam no interior das matas, onde se alimentavam da caça e frutos silvestres. (BECKER, 1976, p. 182).

A distribuição de tarefas é basicamente dividida entre os sexos:

[...] são tarefas masculinas, entre outras, a defesa para a garantia do grupo, a guerra, o aprovisionamento de caça, o preparo da terra para o plantio, a colheita de espécies mais difíceis, como o pinhão, a construção da casa, o abate de paus para lenha. Cabem às mulheres todas as tarefas atinentes à vida doméstica no sentido da criação dos filhos, do preparo dos alimentos, da provisão de determinados alimentos pela colheita, da provisão da água e lenha, da manufatura de cestos, esteiras, da fibra da urtiga brava, da cerâmica (referência para os Kaingang de Misiones), bem como ainda do plantio e colheita, do auxílio na guerra, do transporte dos filhos, trastes e produtos da colheita. O homem deve ficar livre para poder zelar pela garantia do grupo, ficando, pois ao encargo da mulher quase toda a atividade grupal, atividade que pode, entretanto, ser dividida também de acordo com a idade e posição social do grupo. (BECKER, 1976, p. 188).

Uma característica do grupo Kaingang é que o que pertence à propriedade coletiva (colheita e caça) não é comercializado. Os produtos de possibilidade de troca são os da propriedade particular, ou seja, os artesanatos.

A autora Ítala Becker diz que mesmo para o índio aldeado não se pode falar em comércio “porque parece não existir uma conotação valorativa material, mas antes, um desejo de posse, alheado de outros aspectos fundamentais”. Mas, a autora ao citar Vieira dos Santos, diz que eles trocavam, frequentemente, com os “civilizados” abóbora, milho, frutas, obras de taquara por chimarrão, e também por sal, fumo e tecidos para roupa (mas que gastam pouca, porque em seus trabalhos de mato se conservam despidos). (BECKER, 1976, p. 190).

Não há como negar a participação indígena nas transações comerciais e produtivas da colônia, especialmente as das lideranças indígenas. E negar este tipo

de interesse seria impertinente em uma análise histórica, além do mais, com uma concepção que tende a idealizar a história destes povos.

[...] negar este tipo de interesse seria, a meu ver, retomar uma perspectiva que tende a idealiza-los, considerando-os puros e incorruptíveis, voltados única e exclusivamente para os ideias da coletividade. Os índios, tais como os indivíduos de qualquer outro grupo social, tinham evidentemente interesses particulares que, com certeza, se alteravam conforme suas experiências de vida e as circunstâncias históricas. O anseio por bens materiais foi um valor adquirido, pelo menos fortemente incentivado no mundo da colônia, e as chefias indígenas usaram de seus privilégios para obtê-los. [...] (ALMEIDA, 2010, p. 100).

No entanto, essas relações não descartam os objetivos do coletivo na disputa pelas terras da aldeia. O fato das lideranças indígenas estarem reivindicando em causa própria, não quer dizer, necessariamente, que não lutavam no coletivo.

O Kaingang ao entrar em contato com o homem branco utilizava o seu nome português, estas relações são apenas comerciais e cercadas de desconfiança e precaução.

No grupo Kaingang, a sua economia é baseada de subsistência. O direito de propriedade (no sentido de usufruto) está intrinsecamente ligada a terra, para a colheita, caça e plantio. Pode, porém, ser distinguido propriedade coletiva de propriedade particular. A coletiva refere-se ao território para colheita de determinados tipos e para a pesca. Já a propriedade particular dos bens imóveis é a do território para o plantio, enquanto que a propriedade particular de bens móveis abarca os objetos de uso pessoal. (BECKER, 1976, p.191). Havia um comunismo acentuado entre os indivíduos do mesmo grupo, ou seja, todos os alimentos eram repartidos.

A colheita de grande variedade de frutas podia ser feita em qualquer lugar do mato e por qualquer indivíduo. No entanto, havia restrição para o fruto da araucária, pois esta era a colheita mais importante do Kaingang.

[...] A cada tribo subordinada com o seu chefe, era designada pelo chefe principal uma área do pinheiral onde podia livremente fazer a colheita do pinhão. A extensão do território era proporcional ao número de indivíduos componentes de cada tribo. A divisa de um território para o outro era marcada nos troncos dos pinheiros por sinais de aproximadamente dois palmos de comprimento formados por linhas em várias posições; os sinais eram gravados numa altura de 8 a 10 palmos do chão; às vezes os sinais constituíam a marca particular do cacique subordinado. (BECKER, 1976, p. 191).

Para a análise da organização sociocultural foi abordado por Becker, a quebra do relacionamento como uma situação conflitiva dentro do grupo (guerra) ou do grupo indígena com o branco colonizador.

As causas que levam à quebra de relacionamento e que tem como resultado a guerra são: “a luta pela subsistência com a invasão do território reservado; a vingança de uma ofensa; o ultraje à sua liberdade e o desrespeito por determinados princípios éticos ligados especialmente à organização social e política”. (BECKER, 1976, p.286).

### **3 A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA ATRAVÉS DA LEI DE TERRAS DE 1850.**

Com o fim do regime de sesmarias, a posse passou a ser a única forma de obter terras. Esta fase de transição, não tinha uma lei que normalizasse o uso e a forma de exploração sobre esta terra, assim, livres destes entraves burocráticos, a posse generalizou-se e “tantos os grandes proprietários, donos de engenhos de açúcar, quanto os camponeses e outros despossuídos livres enquadraram-se, aparentemente, na mesma condição de posseiros”. (ORTIZ, 2011, p. 60). Porém, foi com a posse do grande proprietário, do miliciano e das elites que foram favorecidas para a formação do latifúndio nas terras devolutas no Rio Grande do Sul, assim como no restante do país.

É necessário a cautela ao analisar o conceito de posseiro, pois ele deixou de se referir apenas a um tipo de classe social - a subalterna- que tinha poucas extensões de terra e produziam para a sobrevivência ou aqueles pequenos agricultores. Posseiro passou a ser designado como todo o indivíduo “que ocupava a terra sem precisar de doação ou concessão prévia e que não possuía um título legal referente à sua posse”. (ORTIZ, 2011, p. 60).

Embora não tivesse um estatuto sobre a aquisição de terras, elas eram vendidas e compradas normalmente. As propriedades eram marcadas precariamente através de marcos geográficos ou entre as divisas com vizinhos, sendo, na maioria das vezes, com imprecisão de dados. Esta forma de obtenção de terras favoreceu o constante aumento de ocupação de espaços devolutos, expulsando o pequeno posseiro e os nativos da região.

Como forma de superar o regime escravagista, a Lei de Terras foi estrategicamente introduzida no Brasil em 18 de setembro de 1850, ou seja, 14 dias após a proibição do tráfico de escravos, a chamada Lei Eusébio de Queirós. A Inglaterra já estava há muito tempo pressionando o Brasil para que houvesse a abolição e assim consequentemente liberar o trabalhador escravizado para que este fosse um trabalhador livre e consumidor dos produtos industrializados ingleses.

É neste contexto que os grandes plantadores de café em São Paulo começam a incentivar a vinda de colonos europeus para o Brasil. Desta forma, se o acesso a terra fosse extremamente fácil, seria escasso a mão de obra para trabalhar nas lavouras. Havia assim, um objetivo de limitar e de valorizar a obtenção da terra pela classe trabalhadora.

“Em relação às terras já possuídas, a nova lei determinava que fossem regularizadas, ou seja, medidas e demarcadas, até a emissão de títulos legítimos de propriedade. Criada com o Regulamento de Terras de 1854, a Repartição Geral das Terras Públicas seria o órgão responsável para pôr em prática as determinações daquela legislação. À repartição caberia fazer o registro e/ou revalidação das terras já possuídas assim como dirigir e fiscalizar a medição, descrição e distribuição das terras devolutas”. (ORTIZ, 2011, p. 72).

O objetivo era fazer com que o imigrante europeu e as demais classes pobres do Brasil não tivessem acesso à terra de imediato, até porque “havia uma cláusula proibindo os imigrantes de comprovarem, arrendarem, aforarem ou de qualquer modo obterem o uso da terra”, mas isto não significava que o colono europeu não iria conseguir ter suas próprias terras e sim que não as obtivesse de imediato. Caso contrário, isto atrapalharia na política de propaganda para a imigração ao Brasil. (ORTIZ, 2011, p. 70).

Foi com a Lei de Terras que a proibição de aquisição de terras através do regime de posses, determinou que as terras só seriam adquiridas por compra. Com esta nova lei, quem teria condições de comprar terras? Os povos originários e aqueles agricultores que plantavam apenas para sua subsistência e/ou para fazer seu pequeno comércio, não teriam meios de conseguir adquirir mais propriedades. Ou seja, o grande proprietário ia continuar usufruindo do latifúndio, e ainda com a nova lei teria a possibilidade de regularizar suas terras e incorporou as terras dos pequenos posseiros que não conseguiram reagir.

Com a Lei de Terras, havia a preocupação em estabelecer normas para a propriedade e a intenção de regularizar as sesmarias e posses, discriminando-as das terras públicas. A demarcação das propriedades era necessária para diminuir as disputas pela terra, facilitar sua comercialização e dotar o Estado de maior conhecimento sobre a quantidade e localização das terras devolutas – condição primeira para a posterior venda. (ORTIZ, 2011, p. 71).

Segundo Zarth (1997), a apropriação das terras do planalto gaúcho começou pelos campos nativos através da formação das estâncias pastoris. Os estancieiros que conquistaram esta região obtiveram concessão das autoridades militares locais. É, assim que militares e tropeiros conseguiram vastas áreas de terras a preços irrisórios que deram origem a grande propriedade.

A concessão da terra tinha alguma ligação direta com o governo imperial, que poderia recomendar os beneficiados. Em geral, porém, tudo era articulado em nível local. As autoridades “vendiam” as terras a militares e tropeiros e certamente a corrupção era constante. Mas sobretudo o fato das terras serem de fronteira e de população escassa foi o que estimulou e deixou à vontade as autoridades locais para distribuir terras a quem quisesse. (ZARTH, 1997, p. 47).

A ocupação de terras no Sul, porém, não se limitou a essa característica, essencialmente, militar. Mas, é um fator muito presente nas documentações neste período, constatada por diversos pesquisadores sobre o processo de ocupação da região do Planalto do Rio Grande do Sul.

### **3.1 A FORMAÇÃO DO ALDEAMENTO DE NONOAI COMO FATOR ESTRATÉGICO PROVINCIAL E FATOR DE DESAGREGAÇÃO DE GRUPOS KAINGANG.**

Passo Fundo foi um dos distritos de Cruz Alta, que se distinguiu por ser, ao mesmo tempo, sede da colonização e sede de um importante aldeamento indígena. O aldeamento de Nonoai apareceu no século XIX como um dos mais importantes da Província. Sua origem está, também, na necessidade de se criar novos espaços para a colonização européia no Rio Grande do Sul. Assim, inicia a colonização na região da Grande Passo Fundo, sendo providenciado o ensino dos Kaingang, e estes tentaram impedir o assentamento dos europeus hostilizando-os. (NONNENMACHER, 2000, p. 24).

Foi fundada em 1838 a povoação de Nonoai, sendo uma das mais antigas do distrito de Passo Fundo, situada no Alto Uruguai, perto da foz do rio de Passo Fundo, nos Campos do Meio. A área foi explorada pelo Comendador João Cipriano da Rocha Loures, mais tarde o primeiro Inspetor do aldeamento. Por seu intermediário, foi acertada com o cacique Nonoai a construção de uma estrada, ligando Xanxerê a Passo Fundo pelo Passo do Goio-em. (NONNENMACHER, 2000, p. 32).

No ano de 1846 foi iniciada a política oficial de aldeamento, com o objetivo de atrair o indígena Kaingang. “Em 20 de julho de 1846, foi nomeado o primeiro inspetor de Nonoai, João Cipriano da Rocha Loures. O juiz de direito da Câmara de Missões ficou encarregado da direção por não haver sido ainda nomeado pelo governo o Diretor Geral de Índios”. (NONNENMACHER, 2000, p. 33).

As políticas indigenistas tinham como objetivo, neste período, a organização dos aldeamentos (Nonoai no Alto Uruguai, de Campo do Meio e Colônia Militar Caseros no Mato Português), todos organizados pelo governo provincial para liberar as terras para a colonização.

Assim, é no ano de 1846 que data a fundação do aldeamento de Nonoai, no qual os índios conhecidos como Coroados, e no século XX foram chamados de Kaingang, foram aldeados.

Os séculos XVI a XVIII, as populações tinham a denominação geral de guaianá; o século XIX, quando são chamados kaingang. Essa última denominação foi introduzida em 1822 para identificar todas as populações indígenas do Sul do Brasil que não eram Tupi-Guarani. (BECKER, Apud NONNENMACHER, 2000, p. 24).

Também no ano de 1846 que foi criada a Companhia de Pedestres<sup>11</sup> de Passo Fundo, sendo comandada pelo Capitão Marcelino José do Carmo. O objetivo era percorrer as matas atrás de índios para trazê-los aos aldeamentos para que trabalhassem nas plantações. (NONNENMACHER, 2000, p. 18).

A Companhia de pedestres além de resolver os propósitos dos aldeamentos, atuou também em benefício dos moradores do distrito e dos comerciantes. No entanto, estaria ajudando mais os colonos do que, de fato, para o que elas foram criadas.

---

<sup>11</sup> Esta Companhia de pedestres tinha uma conotação militar, organizada por indivíduos que tivessem capacidade de percorrer as matas para trazer os índios para o aldeamento.

Através do relatório de 1847, Nonnenmacher destaca que o “Inspetor Rocha não se preocupou em mandar fazer plantações, o aldeamento não pôde desempenhar o papel para o qual foi criado, ou seja, o de manter o índio aldeado com todas as garantias de que nada lhes faltasse. Essa foi a maneira segura e pratica que o governo criou para evitar problemas com os índios dispersos, “que ameaçavam a sociedade em expansão”. (NONNENMACHER, 2000, p. 33).

A catequese dos índios significava uma das formas do governo de atraí-los à “civilização”, sem criar conflitos. Em outubro de 1845, Francisco Ferreira da Rocha Loures com sua guarnição, faz a escolta do Padre Antonio Leite Penteado para dar início à catequese junto aos índios.

[...] ali deixá-los sortidos de ferramentas, ponches e roupa. O contentamento que tiveram depois de ter eu repartido o que levava para eles foi bastante, e depois de bem persuadido de que, V. Exa. era que ali nos mandava com o fim de dizer-lhes que sua intenção era unicamente fazer-lhes entrar na sociedade, e para este fim estaria pronto a assistir-lhe com tudo quanto precisassem e deixando a eles bastante mil bênçãos de V. Ex.a. (NONNENMACHER, 2000, p. 44).

A criação do aldeamento tem como objetivo fazer com que o índio trabalhasse, levando-o à sua autonomia econômica, livrando a Província das despesas gastas com eles. Em 1849, o Diretor Geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves, comunicou ao Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andrea, que os índios de Nonoai faziam roças de milho e de feijão, e que criavam gado, porcos e aves doados por pessoas da região. (NONNENMACHER, 2000, p. 48).

Havia resistência dos indígenas à forma de trabalho do estilo europeu em diversas fontes. “Está sempre presente nos relatos, tanto nos do governo provincial quanto nos diretores dos aldeamentos, a resistência dos índios ao trabalho sistemático europeu. Porém, podemos afirmar que nem sempre se pode generalizar”. (NONNENMACHER, 2000, p. 49).

É inegável que houve a resistência indígena no decorrer do processo de invasão de seu território, especialmente a do Kaingang. Porém, a desigualdade de armas fez com que os nativos brasileiros fossem oprimidos, aniquilados e a maioria dos povos aniquilados pelas doenças, pela “espada e pela cruz”. No entanto, houve povos que usaram de estratégias para conseguir se defender, e no caso do

Kaingang desta região, foi primeiramente resistir através da força e posteriormente serem aldeados após verem seu território sendo ocupado em todas as frentes de conquista. O aldeamento era uma forma de manter um território mínimo para que continuassem a viver em grupo.

De acordo com Carini (2005, p. 129), os Kaingang representavam para as autoridades e para os conquistadores uma ameaça à passagem dos tropeiros e conseqüentemente a ocupação do território. Assim, estrategicamente foram criados os aldeamentos indígenas para liberar as terras dos nativos para a ocupação dos birivas<sup>12</sup> na região do Planalto Médio.

No que se refere ao aldeamento de Nonoai, segundo o relatório de 1850, encontrava-se da seguinte forma:

Esse aldeamento não tem tido um desenvolvimento mais favorável, pela falta de diretor e depois da dissolução da Companhia de Pedestres a maior parte dos índios retirou-se para as matas, receosos que seus inimigos os atacassem, por falta de apoio que tinham nesta força, contudo, pouco tempo depois, vieram e trouxeram mais gente, pois os padres missionários, entranhando-se nos matos, os persuadiam a que voltassem, que seriam protegidos por outra força. Na esperança de terem quem os protegesse, ali permaneceram. (NONNENMACHER, 2000, p. 50).

No relatório de 29 de dezembro de 1851, está destacado que o ano de 1850 foi marcado por constantes chuvas que impossibilitaram o plantio de roças. Tendo como outro agravante, as constantes brigas entre os caciques, que neste período, tinham cinco chefes com suas respectivas tribos, aldeados em Nonoai. (NONNENMACHER, 2000, p. 51).

Os Kaingang que devido as suas características culturais foram considerados, no decorrer do processo de colonização no Rio Grande do Sul, pelo colonizador como índios “selvagens e traiçoeiros”. Em contrapartida, os Guarani, por exemplo, foram os primeiros a ser reduzidos nas missões jesuíticas, por terem sido considerados como a cultura mais apropriada para viver aldeada. Assim, durante muito tempo, o Kaingang continuou escondido nas matas da região do planalto, mesmo depois da ocupação do Sul do Brasil, inicialmente pelos espanhóis e depois pelos portugueses.

---

<sup>12</sup> Carine (2005, p. 128) conceitua birivas como sendo paulistas e paranaenses (luso-brasileiros) que se dedicavam tradicionalmente à criação de animais e às tropeadas.

Com a chegada do branco à região de Passo Fundo no final da segunda década do século XIX, o Kaingang começou a sofrer com a perda de seu território, tendo que se afugentar cada vez mais para dentro mata. No entanto, quando o branco chega a estas terras já recebe as suas demarcações pelo estado como forma de premiação por ser dissidente do poder do exército ou simplesmente para ocupar a região como forma de proteger as fronteiras.<sup>13</sup> Estas denominações de posto militar, aparece freqüentemente nas documentações no decorrer do século XIX.

É neste contexto que começam os conflitos entre Kaingang e estes novos senhores que se estabelecem na região de Passo Fundo. O Kaingang que vivia livre em suas terras, começa a ser subordinado a viver dentro de uma sociedade que busca ou exterminá-lo ou civilizá-lo.

Segundo os relatos do viajante Dreys (1990, p. 42), na região denominada de Mato Português e Mato Castelhana havia receio dos viajantes que passavam por estas localidades de serem atacados pelos indígenas destes locais, descrevendo que “esses matos, lançados como duas penínsulas de altos vegetais através das campinas ermas do Uruguai Superior, servem como de reduto aos indígenas, para virem ao encontro dos habitantes”, salienta ainda que “como infelizmente é raro que eles não tenham que sofrer algumas hostilidades na fronteira extensa que ocupam em nossa vizinhança”. Nessas observações apontadas por Dreys fica claro o caráter de resistência indígena perante o transito em seus territórios, estes fatores postergaram a ocupação luso-brasileira destas localidades. Descreve ainda que os indígenas “escolheram esse lugar para teatro de represálias” e que tinham estratégias de ataque e que não se intimidavam com as armas de fogo que “esperam imóveis a descarga, e como sabem que, depois de dar fogo, preciso é tornar a carregar, aproveitando-se do silêncio instantâneo do trovão europeu, para correrem sobre o inimigo, e substituir a luta da força física, em que são mestres”. O Kaingang começa a ser apontado como indígena “hostis e selvagens” e aos poucos vai sendo empurrado de seus territórios pelos colonização luso-brasileira desta

---

<sup>13</sup> Segundo Zarth, a apropriação das terras e a formação das estâncias pastoris do sul do Brasil teve no seu bojo uma forte presença militar. O militar, desde a ocupação do território sulino pela coroa portuguesa no século XVII, recebia como prêmio áreas de campo como incentivo para defender ou conquistar novas áreas dos castelhanos da bacia do Prata. No século XVIII, esses militares passaram a constituir uma poderosa classe de grandes proprietários – militares que procuravam expandir a apropriação dos campos nativos em direção às áreas ocupados por castelhanos. (ZARTH, 1997, p. 51).

região através da superioridade de armas e da organização jurídica em favorecimento da “civilização” branca.

O Kaingang perante a esta nova realidade resistiu invadindo casas, expropriando animais e plantações. Com a esta situação o poder Provincial tomou medidas a fim de acautelar os ânimos de ambas as partes, surgindo assim os aldeamentos para os índios Kaingang. No entanto, com há uma divisão entre grupos de um mesmo cacique subordinados a um mesmo chefe, surgem atritos e rivalidades incitadas, muitas vezes, pelo próprio diretor do aldeamento. E, como forma de sobrevivência os Kaingang se relacionaram de diversas formas com o elemento branco colonizador, tendo alguns se aliado ao poder provincial e outros fugiram do aldeamento para continuar a viver em liberdade.

Segundo o engenheiro Mabilde, que viveu de 1833 a 1892 no Rio Grande do Sul, deixando diversos registros sobre os Kaingang neste período, a população dos coroados eram em 1849, aproximadamente, de 1900 a 2000 indivíduos, e no ano de 1864 metade deste número estava reduzidos nos aldeamentos, e o restante que ainda existente nas matas estão se autodestruindo pelas guerras entre si, “que o número ou população dos indígenas coroados, ainda existentes nas matas desta província, não excede de 450 indivíduos de ambos os sexos.” (MABILDE, 1983, p. 11).

De acordo com este cálculo de Mabilde, em quinze anos a população indígena Kaingang sofreu uma baixa de cerca de 550 pessoas. Esta análise de Mabilde, não informa, porém, quais foram às reais circunstâncias que levaram a este extermínio. Em seus escritos, através de sua visão ocidental, ele traça uma idéia de que os índios eram selvagens e se combatiam uns contra os outros. No entanto, porque somente com a chegada do elemento colonizador é que estas disputas entre caciques vão se acirrar uns contra os outros?

### **3.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO PODER LOCAL E PROVINCIAL**

As formas de organização política e econômica do povoamento de Passo Fundo, em sua fase inicial, pode ser caracterizada como latifundiária-pastoril, patriarcal-militar e escravocrata.

Latifundiária por ser “baseada no apossamento individual de grandes extensões de terras de campo pelo fazendeiro emergente”. Pastoril, por ser a economia voltada para esta atividade através do comércio do gado vacum, das mulas e cavalares. E patriarcal por ser voltada para o chefe de família, do qual todos os integrantes da família, agregados e escravos estavam submetidos ao poder absoluto do patriarca. (AVILA, 1996, p.48).

A formação econômica brasileira estava ancorada na escravidão e na monocultura atrelada ao latifúndio. Uma escravidão que se utilizou da mão de obra do nativo e posteriormente do negro africano.

Com o advento da introdução do gado na região sulina pelos padres espanhóis nas Missões Jesuíticas se desenvolve um interesse, por parte dos luso-brasileiros, em aprisionar o rebanho e levar para a região central do Brasil. Com o advento da extração do ouro nas Minas Gerais, os animais bovinos serviriam para abastecer as escravarias na alimentação e para o transporte. É neste contexto, que a partir de 1737 é fundado Rio Grande com o estabelecimento das primeiras estâncias no RS e conseqüentemente há os primeiros registros de trabalhadores negros escravizados para exercer diversas atividades na região. No entanto, a região do Planalto Médio será neste período mais uma zona de passagem para o comércio de gados, tendo sua ocupação pelo homem branco sido posterior, na segunda década do século XIX.

“Os cativos trazidos quando ou após a fundação da vila labutavam nas construções urbanas, em plantações de gêneros de subsistência na periferia da aglomeração, na produção de alimentos, gados, charque e couros, nos campos vizinhos, como domésticos, nas olarias, na estiva, nos transportes, no artesanato”. (MAESTRI, 2006, p. 95).

O processo de distribuição de sesmarias no Brasil desempenhou um papel que designou a eleição dos que seriam beneficiados e daqueles que seriam excluídos do acesso a terra. Com o objetivo de atender as necessidades do comércio foi distribuído terras aos que possuíam já recursos, pois havia interesse por parte da Coroa em valorizar a economia interna brasileira e ocupar territórios dentro da posse portuguesa e os em disputa com a Espanha, como o próprio Rio Grande do Sul.

No que se refere às alianças políticas dos Kaingang com o poder público, no decorrer do século XIX, intensifica-se, assim como as relações com os moradores da

região. Porém, estas relações não podem se generalizar, pois dependem do contexto e dos objetivos de ambos os lados.

Apesar da violência e imposição da ocupação portuguesa e da generalização de ataques mútuos entre as populações nativas e os moradores locais durante a colonização, houve também acordos de trabalho com os fazendeiros e extrativistas da região do planalto e encosta da serra, em diversos arranjos que compunham com interesses dos indígenas, com, ou sem uma aliança concomitante com o poder público. As alianças tecidas entre nativos e ocidentais eram instáveis e dependiam de circunstâncias específicas, havendo, entre os grupos nativos, divisões internas sobre quais estratégias seguir na intenção de inserir-se na sociedade em formação, no intuito de preservar-se política e socialmente. (FRANCISCO, 2010, p. 05).

Conforme Avila (1996, p.57) com a criação do município de Cruz Alta em 1834, Passo Fundo foi elevado à categoria de distrito, e nesta ocasião foram eleitos os juizes de paz, tendo como titular o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis e como suplentes o Alferes Bernardo Castanho da Rocha, o Alferes Rodrigo Felix Martins, João dos Santos Cortes, José Francisco de oliveira, Manuel Antonio de Souza Duarte, Manuel Teixeira Alves e Manoel Jacinto Ferras.

Os representantes do poder local tinham o domínio da organização política, militar e jurídica. Eram os que administravam os aldeamentos indígenas, pelos nomes representados pela titulação de alferes. Assim, os representantes da administração local eram os mesmos que formaram a propriedade fundiária da região.

#### **4 CONCLUSÃO**

A região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul destaca-se por um processo de formação tardia de criação de cidades em relação ao restante do estado. Característica esta que demonstra o processo histórico da economia rio-grandense.

O processo de ocupação do território no norte do estado se desenvolveu tardiamente em relação ao restante do Rio Grande do Sul devido a questões econômicas, geográficas e étnicas. Ao iniciar este processo migratório de colonos vindos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina para se fixar na região do Planalto, os Kaingang que viviam neste local começaram a sofrer com a perda de seus

territórios. Estes fatores ocasionaram situações distintas quanto à atuação dos indígenas frente a esta nova realidade social.

Este processo de colonização nestas regiões desencadearam mudanças sociais e culturais da etnia Kaingang, que até então estava vivendo escondido nas matas da região do Planalto, diferentemente do Guarani que foi aldeado, anteriormente, pelos jesuítas. Estas mudanças levam aos Kaingang a descobrir formas de se relacionar com o branco como um método de se proteger e resistir perante a sociedade latifundiária que estava surgindo nesta região.

Este trabalho não teve a pretensão de falar de todo o processo histórico das relações sociais e dos conflitos por terra na região. É apenas um recorte do processo de ocupação na região norte e a conseqüente disputa por terra, não se esgotando as fontes e as análises sobre o conflito. É um tema extremamente importante a cerca do processo de expulsão dos indígenas de suas terras, do extermínio de muitos Kaingang e do processo de assimilação de sua cultura para sobreviver ao domínio do poder do colonizador. Devido a todos estes fatores pretendo dar continuidade nesta pesquisa.

O território de Passo Fundo, antes do processo de ocupação pelo branco, era um dos principais focos de concentração da etnia Kaingang. Entretanto a invasão de suas terras pelo elemento branco provocou conflitos entre os nativos e os novos ocupantes, e conseqüente redução em grande escala do número de pessoas desta população indígena. Hoje esta região, infelizmente, é ainda palco de conflitos pela terra, sofrendo o Kaingang com a constante luta por suas terras originárias, assim como o restante dos povos indígenas do Brasil inteiro.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.
- AVILA, Ney Eduardo Possapp d'. **Passo Fundo Terra de passagem**. Passo Fundo, Aldeia Sul, 1996.
- BARROS, José D'Assumpção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1976.
- BOTELHO, Angela Vianna; LIANA, Maria Reis. **Dicionário histórico Brasil colônia e império**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BOTTOMORE, Tom. (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IGTF; CORAG, 2011.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **A língua Kaingang**. Disponível em: [http://www.portalkaingang.org/Lgua\\_Kaingang.pdf](http://www.portalkaingang.org/Lgua_Kaingang.pdf). Acesso em 02/07/1012.
- DARONCO, Leandro Jorge. **À sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos criminais (1840-1888)**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.
- DIEL, Antônio (Org.). **Passo Fundo: uma história, várias questões**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- FRANCISCO, Aline Ramos. **X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. In. Relações políticas entre nativos Kaingang e poder público provincial e imperial (1847-1860)**. Santa Maria: ANPUHRS, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)**. Dissertação de mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

KUHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2° ed. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

\_\_\_\_\_. **El problema de La tierra**. Biblioteca Virtual Universal. 2003 Disponível em <http://www.biblioteca.org.ar/libros/77.pdf>. Acesso em 25/05/2012.

\_\_\_\_\_. **El problema del índio**. 1928. En 7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana, Biblioteca Amauta, Lima, 1928. La Biblioteca Virtual Universal de Bibliotecas Rurales. Argentinas. Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em <http://www.jus.unitn.it/cardozo/Review/2009/Mariategui.pdf>. Acesso em 25/05/2012.

MATTOS, Marília. **Passo Fundo, do caminho das tropas ao projeto de interiorização da rodovia do Mercosul** Disponível em [http://www.upf.br/cepeac/download/rev\\_n05\\_1995\\_art1.pdf](http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n05_1995_art1.pdf). Acesso em 01/05/2012.

MOREIRA, Igor. **O espaço Rio-Grandense**. São Paulo: Ática, 2007.

MORO, Selina Maria Dal; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. (Org) **Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande Do Sul** (Século XIX). Porto Alegre: EDIPUC, 2000.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Passo Fundo: UPF, 2011.

PICCOLO, Helga Iracema Landgrap; PADOIN, Maria Medianeira; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização brasileira: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1985.

RUCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do SUL, 1827-1931**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SILVA, Ana Maria Radaelli da (Org). **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurano na região de Passo fundo**. Passo Fundo: UPF, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ZARTH, Paulo Afonso. **História do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.